

A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: O PÚBLICO E O PRIVADO A PARTIR DOS DADOS ESTATÍSTICOS (1980-2004)

Gladys Beatriz Barreyro

Resumo

O texto mostra os resultados de uma pesquisa realizada a respeito do sistema de educação superior brasileiro, baseado em dados estatísticos das últimas três décadas. São analisados os dados do Censo da Educação Superior 2004, do questionário sócio-econômico do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) 2004 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004. Foram considerados, também, dados oficiais que mostram a evolução do setor desde 1980 e dados internacionais da UNESCO.

A análise mostra que o setor privado predomina em número de instituições, matrículas, cursos, concluintes e vagas. No período estudado, as instituições públicas cresceram apenas 12%, mas são as que possuem maiores matrículas em algumas regiões do país (Norte e Nordeste), enquanto que as privadas predominam em número de matrículas no Sul e Sudeste. As matrículas encontram-se concentradas na modalidade de instituição superior: Faculdade Privada.

Verifica-se, também, o predomínio absoluto dos egressos dos cursos de Administração, Direito e Pedagogia, especialmente no setor privado.

São observadas desigualdades ao indagar as variáveis renda familiar, tipo de escola de ensino médio (pública ou privada) e auto-declaração de raça/cor/etnia se comparadas com a população do país. Nas Instituições de Ensino Superior (IES) há menos negros e pardos que na população do país e mais brancos. Há menos pobres estudando nas IES e os mais ricos encontram-se sobre-representados nas IES públicas. Os alunos de escolas privadas também estão sobre-representados nas IES públicas.

EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA – ENSINO SUPERIOR PRIVADO
“PRIVATIZAÇÃO” DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA – DESIGUALDADES
DE RAÇA/COR E RENDA FAMILIAR – ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: THE PUBLIC AND THE PRIVATE FROM THE STATISTICS (1980-2004)

Abstract

The present paper displays the results of a survey on the higher education Brazilian system, based on statistical data of the last three decades. These data were collected by the Census of Higher Education 2004, the socio-economic questionnaire of the National Examination of Student Performance (ENADE) 2004, and the National Sample of Households Survey (PNAD) 2004

I considered also official data concerning on the development of the sector since 1980, and international data from UNESCO, as well. The analysis shows that the private sector

predominates in number of institutions, enrollments, programs, graduates and vacancies. In the period studied, public institutions grew only 12%, despite of the larger number of enrollments in some regions of the country (North and Northeast), while the private sector concentrated the number of registrations in South and Southeast. The number of enrollments is found concentrated in private higher education institutions. I verify also an absolute predominance of the graduates from the programs of Administration, Law and Pedagogy, mainly in the private sector.

Likewise, when examining the variables familiar income, type of high school (public or private) and self-reporting of race/color/ethnicity, are observed disparities when compared with the population of the country. Under the Higher Education Institutions (HEI) there is more white and less black and brown people than the overall country mean. There are less poor studying at HEI, and the richer are over-represented in public HEI. The students from private schools also are over-represented in public HEI.

BRAZILIAN HIGHER EDUCATION –PRIVATE HIGHER EDUCATION –
‘PRIVATIZATION’ OF BRAZILIAN HIGHER EDUCATION- RACE/COLOR/ETNICITY
AND INCOME INEQUITIES –

A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: O PÚBLICO E O PRIVADO A PARTIR DOS DADOS ESTATÍSTICOS (1980-2004)

Gladys Beatriz Barreyro*

Introdução

A educação superior no Brasil teve um desenvolvimento posterior ao dos países da América do Sul, especialmente os de colonização espanhola (CUNHA, 1980). Enquanto a Espanha trouxe as universidades entre as instituições importadas da península, Portugal não o fez. Assim, os brasileiros que ansiavam estudos superiores deviam fazê-lo na Europa. É com a chegada da corte portuguesa, em 1808, que são criados os primeiros cursos superiores para a formação de quadros burocráticos e de profissionais liberais, mas a instituição “Universidade” demorou até 1920 para aparecer no Brasil e, quando o fez, manteve também o formato de Faculdade ou Escola, coexistindo com ela. (SOARES, 2002; CUNHA, 1980)

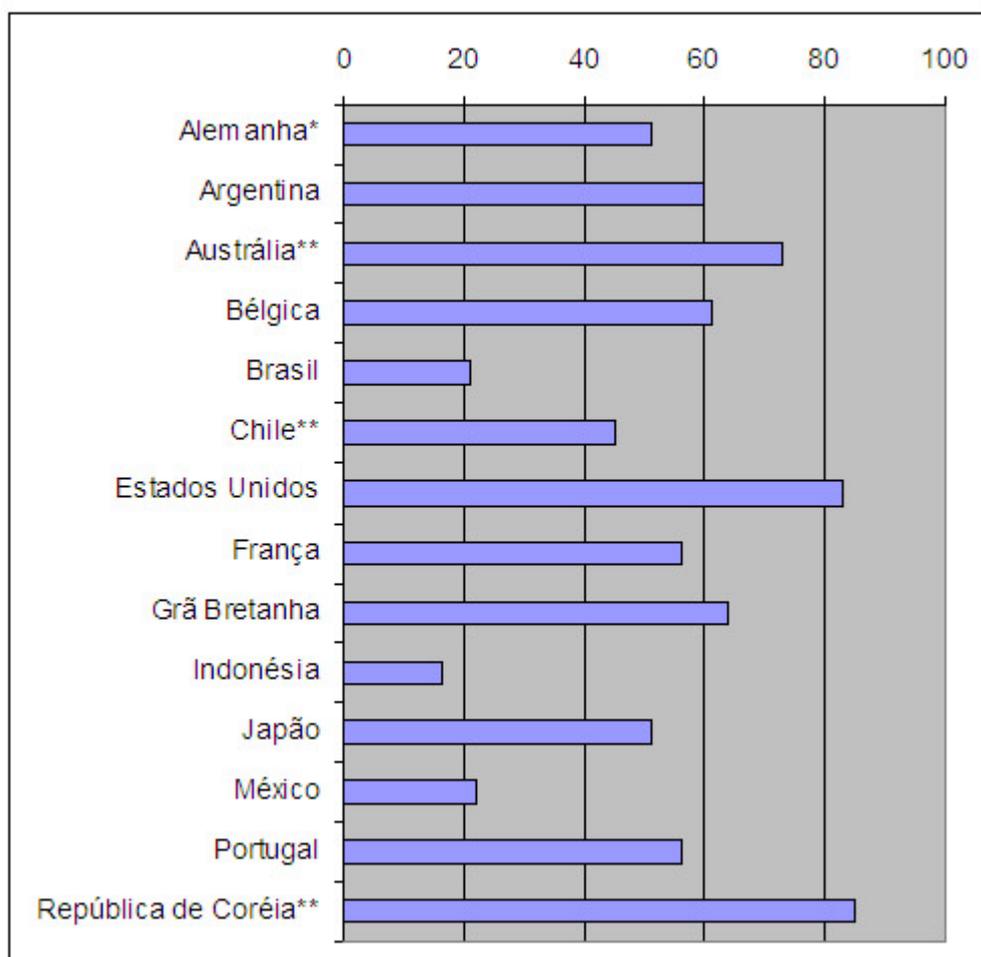
Esse desenvolvimento tardio e certo elitismo concernente tanto à sociedade quanto ao ensino superior, permitiriam entender alguns dados que mostram a situação no Brasil, no contexto latino-americano e mundial, quanto ao acesso escasso da população brasileira nesse nível de ensino.

O Brasil no mundo

Um olhar a alguns dados da educação superior mostra uma imagem da situação brasileira em comparação internacional. Considerando dados de matrícula de alguns países selecionados¹ (Estados Unidos, Grã Bretanha, Japão, Austrália, Argentina, Chile, México, Indonésia, República de Coréia, Alemanha, França e Portugal), o Brasil aparece como um país com baixa taxa bruta de escolarização². O País apresentava, em 2002, uma taxa de 21% sendo uma das mais baixas dos países selecionados e com grande parte de sua matrícula em instituições privadas, como mostra o gráfico a seguir:

* Professora Doutora na Universidade de São Paulo (USP) no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) e na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). Contato: gladysb@usp.br

Gráfico I: Taxa de escolarização bruta em países selecionados - 2002-3



Fonte: Barreyro (2008), com dados de UNESCO/UIS.

Entre esses países selecionados, o Brasil (21%) tem uma taxa similar à de México (22%) e ambos ficam apenas abaixo da Indonésia (16%). Outros países da América Latina possuem indicadores mais altos do que o Brasil (Argentina 60%, Chile 45%), assim como outros países desenvolvidos (Estados Unidos: 83%, Grã Bretanha: 64%, França: 56%, Austrália 73%, Japão 51%, etc.). A república da Coréia (85%) destaca-se por sua alta taxa de escolarização. Cabe lembrar que o Brasil é a 10ª economia do mundo, evidenciando um país que não é pobre, mas com muita desigualdade.

Ao observar a distribuição das matrículas nesse grupo de países, segundo o tipo de instituição (pública ou privada) temos os seguintes dados:

Tabela 1 - Matrículas em Instituições de Educação Superior, públicas, privadas governamentais e privadas independentes 2002-3 (%)

País	Pública	Privada dependente do Governo	Privada Independente
Alemanha	94,7	5,3	0
Argentina	78,9	7,6	13,5
Austrália	99,8	0,2	0
Bélgica	44,9	55,2	Não se aplica-
Brasil	31,7	Não se aplica-	68,3
Chile	25,8	17,7	56,5
Estados Unidos	76,8	Não se aplica	23,2
França	83,9	2,6	13,5
Grã Bretanha	Não se aplica	100	0
Indonésia	39,0	Não se aplica	61,0
Japão	23,0	Não se aplica	77,0
México	66,8	Não se aplica	33,2
Portugal	72,5	Não se aplica	27,5
República de Coréia	19,2	Não se aplica	80,8

Fonte: Barreyro (2008) com dados de OECD/UNESCO WEI (2005)

Segundo a tabela, comprova-se que o Brasil é um dos países com maiores matrículas no setor privado (68%), grupo em que também está Chile, Indonésia, Japão e República de Coréia, países de um desenvolvimento tardio da educação superior. Outros países mostram um predomínio das matrículas nas instituições públicas, como é o caso de Alemanha, Argentina, Austrália, Estados Unidos e França. Existem, também, alguns sistemas que possuem instituições privadas que dependem do governo, como no caso da Bélgica e da Inglaterra, cujas matrículas nesse setor são altas. Cabe assinalar que o fato de que as instituições sejam públicas não significa que, em todos os países, as matrículas sejam gratuitas como acontece no Brasil.

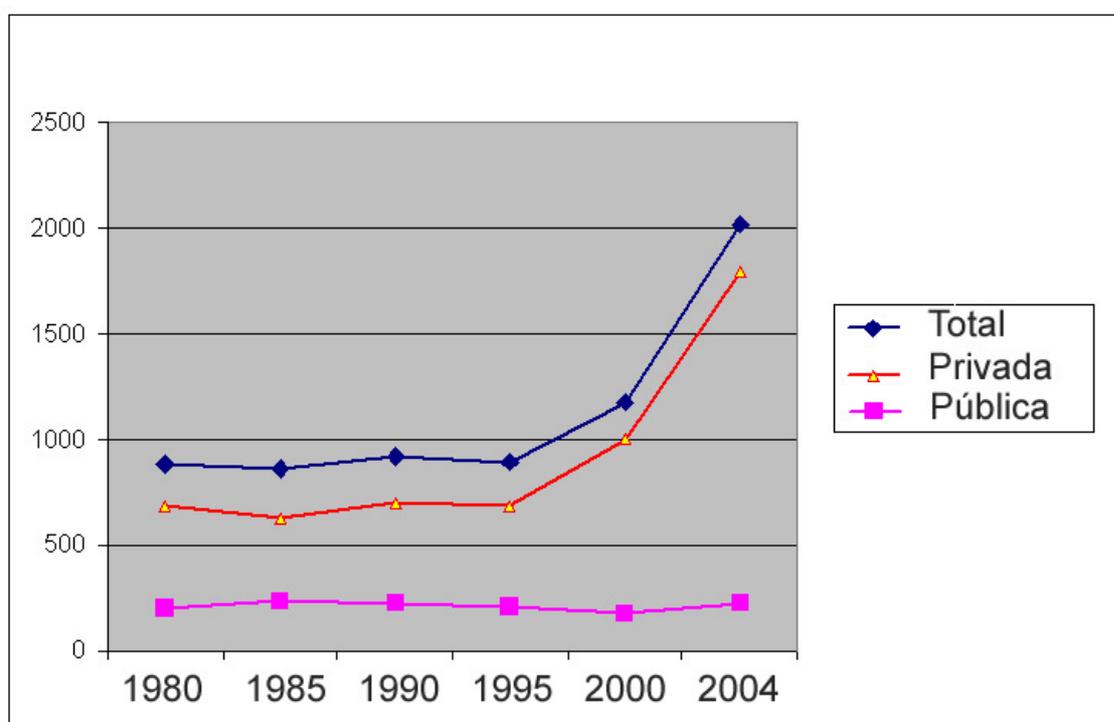
A educação superior no Brasil, segundo os dados.

Instituições de Educação Superior: O sistema de educação superior brasileiro possui instituições públicas e privadas. Desde 1891, é possível a existência de instituições privadas porque “o ensino é livre à iniciativa privada”, segundo a Constituição de 1988. Esse sistema está formado por instituições públicas, que podem ser federais, estaduais ou municipais, segundo dependam da União ou dos Estados, e por instituições privadas que podem ser com

ou sem finalidade lucrativa, segundo a legislação desenvolvida após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. As instituições sem finalidade lucrativa podem ser de três tipos: confessionais, comunitárias ou filantrópicas e são as que têm isenção de impostos.

Uma mirada diacrônica que acompanha 24 anos mostra a expansão do sistema. As instituições públicas cresceram pouco no período 1980-2004. As privadas, que eram 77% do sistema já em 1980, passaram a 85%, em 2000 e chegam a 88,8%, em 2004, com destaque para o ano de 1995 nessa expansão, como mostra o gráfico:

Gráfico II: Evolução do número de instituições de educação superior, segundo público-privado, 1980-2004.



Fonte: Barreyro (2008), com dados do MEC.

Esse crescimento foi produto de uma política de governo que está se transformando numa política de estado, dada a continuidade evidenciada nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, apesar de uma certa estagnação no crescimento. A política de desenvolvimento pela via privada, foi induzida por legislação específica desde a sanção da LDB, em 1996. A legislação permitiu a diversificação das instituições, criando Centros Universitários, além das já existentes Universidades e Faculdades. Esses Centros Universitários possuem muitas das vantagens das Universidades (autonomia na criação de novos cursos e abertura de vagas, por exemplo) e poucas das suas exigências (a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; menor porcentagem de docentes em tempo integral, por exemplo³). Essas

instituições concentraram-se apenas no ensino, e não na pesquisa, o que implica menores custos. Todas essas “flexibilidades” geraram o crescimento do setor privado e os Centros Universitários cresceram mais de 700%, entre 2001 e 2004 (Inep, 2006, p.4). Também foram flexibilizados os requisitos de ingresso e suprimidos os Currículos Mínimos obrigatórios, substituídos por Diretrizes Curriculares Nacionais, que permitiram uma diversidade de novos cursos e formatos diferentes dos já existentes.

Os dados mostram que, em 2004, as instituições de educação superior são em sua maioria privadas: quase 90% delas o são e apenas 11,13% são públicas.

Dentre as públicas, algumas são federais (4,32%), outras são estaduais (3,73%) e algumas municipais (3,08%). Dentre as privadas, 69,60% são particulares com finalidade lucrativa e 19,27% sem finalidade lucrativa. Graficamente, abaixo:

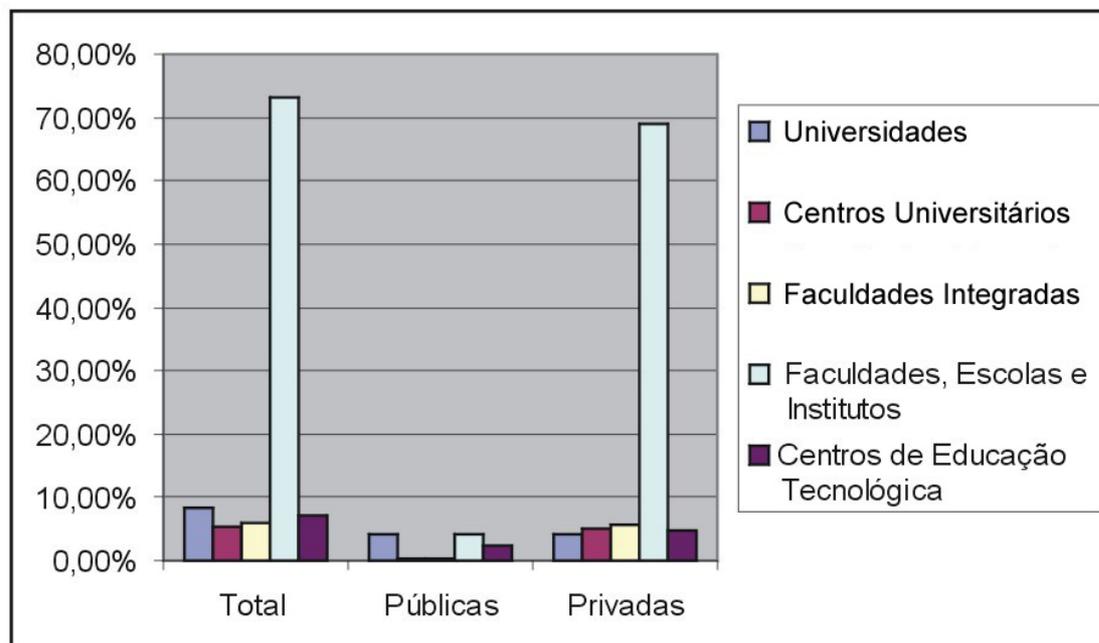
Gráfico III: Instituições de Educação Superior Públicas e Privadas. 2004.



Fonte: Barreyro (2008), com dados do MEC.

É interessante analisar o tipo de instituição preponderante, em 2004. O gráfico mostra que é a modalidade “Faculdade, Escola ou Instituto” privado, pois inclui 69% das Instituições de Educação Superior. Essas instituições são pequenas, com uma média de 600 estudantes e dedicam-se quase exclusivamente ao ensino (Inep, 2006). As universidades, aquelas onde a relação entre ensino, pesquisa e extensão é necessária, são apenas 8,40% do sistema, em 2004.

Gráfico IV – Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Centros de Educação Tecnológica – 2004.



Fonte: Barreyro (2008), com dados do MEC.

Cursos

Os cursos de graduação presenciais⁴, em 2004, são 18.644, sendo que 88,6% no setor privado. Dentre a informação disponível, é interessante destacar que, desses cursos, a área de Educação (que compreende, não apenas Pedagogia, quanto toda a formação de professores) possui 5977 dos cursos, em 2004. Segue a área de Ciências Sociais, Negócios e Direito com 5115, Saúde e Bem Estar com 2.057, Engenharia, Produção e Construção, com 1368, Humanidades e Artes com 882, Serviços com 676 e Agricultura e Veterinária com 413.

É de assinalar que o curso de administração possui, no Brasil, 13% das matrículas da educação do país, sendo que 91% estão no setor privado.

O curso de direito possui 11% das matrículas do país, com 88,5% delas no setor privado.

Estudantes

Vagas. As vagas disponíveis na educação superior, em 2004, eram 2.320.421, das quais 1.017.311 não haviam sido preenchidas. Dessas vagas não preenchidas (ou “ociosas”), 98% estão no setor privado.

Para aceder à educação superior, era necessário aprovar o *vestibular*. Com a aprovação da LDB, em 1996, o requisito flexibilizou-se sendo permitido o ingresso por *processos seletivos*. Na prática, isso significou que as instituições públicas mantêm o vestibular, muito concorrido e, as privadas realizam processos seletivos, que alguns são simplesmente uma formalidade⁵.

Durante o período 1980-2004, as vagas disponíveis para os processos seletivos cresceram quase 5 vezes, mas foi desde 1995 que se produziu o maior crescimento. Quase se duplicaram em 5 anos (entre 1995 e 2000) e quase se duplicaram novamente entre 2000 e 2004, como é mostrado a seguir:

Tabela 2 – Evolução do número de vagas no vestibular. Graduação presencial, segundo público/privado – Brasil 1980-2004.

Ano	Total	Δ%	Pública	Δ%	Privada	Δ%
1980	404.814	-	126.940	-	277.874	-
1985	430.482	6,3	141.274	11,3	289.208	4,1
1990	502.784	16,8	155.009	9,7	347.775	20,3
1995	610.355	21,4	178.145	14,9	432.210	24,3
2000	1.100.224	80,25	237.982	33,58	862.242	99,49
2004	2.080.358	89,08	283.822	19,26	1.796.536	108,35

Fonte: Barreyro (2008), com dados do MEC.

Como consequência dessa expansão, a relação candidato-vaga diminuiu pela metade entre 1980 e 2004, como mostra a tabela:

Tabela 3: Evolução da relação candidato/vaga, no vestibular, segundo público/privado. Brasil 1980-2004.

Ano	Pública	Privada	Total
1980	-	-	4,5
1985	-	-	3,5
1990	-	-	3,8
1995	7,9	2,9	4,3
2000	9,0	2,0	3,5
2004	8,0	1,3	2,3

Fonte: Barreyro (2008), com dados do MEC.

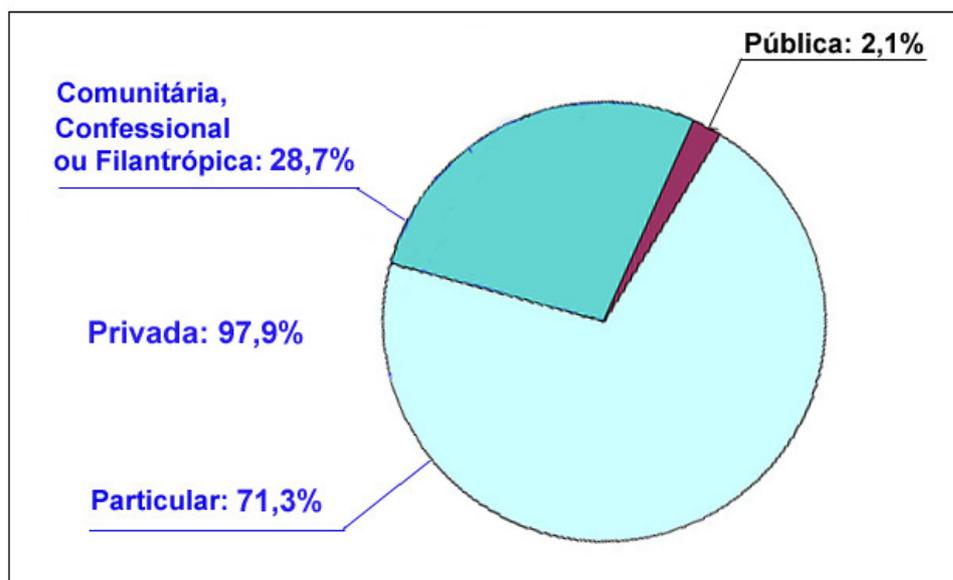
Essa importante diminuição aconteceu no setor privado, pois, no público, a relação candidato vaga é alta, enquanto que no privado é quase um candidato para cada vaga. Mas,

esse crescimento do número de vagas no setor privado, não implica na ocupação efetiva de todas elas, pois das oferecidas, 44% estão sem ocupar.

No setor público, são 7% das vagas sem ocupar e, no privado, 49,5%: ou seja, quase a metade das vagas do setor privado está sem ocupar!

De 1.017.311 de vagas sem ocupar, 2% estão no sector público e 98% no setor privado, como mostra o gráfico:

Gráfico V: Vagas não ocupadas, segundo público/privado. Brasil – 2004 (%)



com dados do MEC.

Fonte: Barreyro (2008),

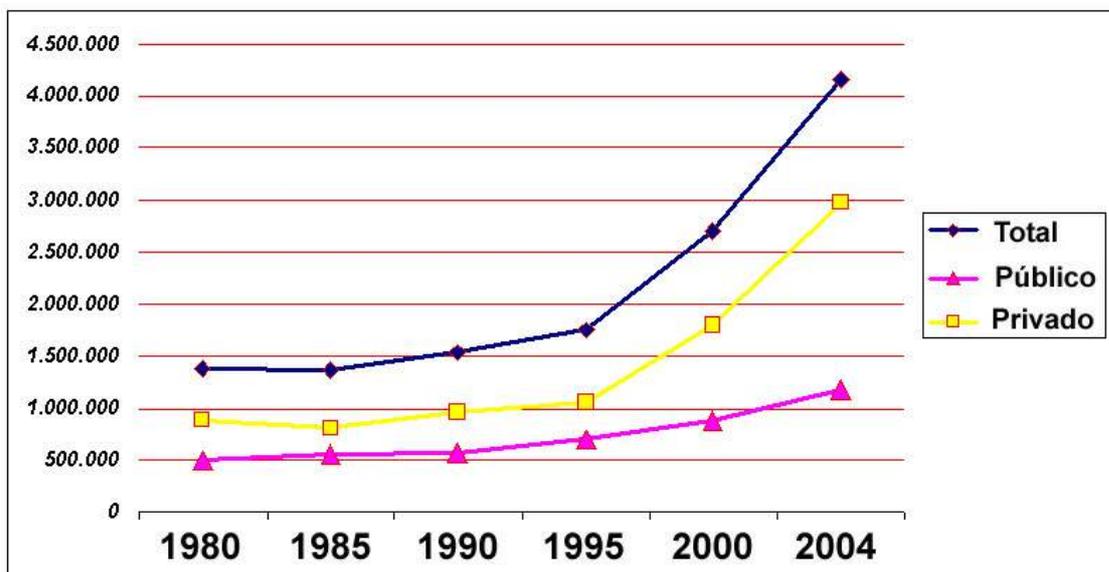
Essa não-ocupação pode ser entendida como: a) falta de dinheiro para pagamento de matrículas; b) excesso de oferta, c) abandono por inadimplência, d) reserva de mercado para futura expansão.

Carvalho (2005) considera que uma política implementada pelo governo (Programa Universidade para Todos – PROUNI) – que consiste em bolsas de estudo para alunos pobres nas instituições privadas em troca de isenção de impostos – é uma forma de subsídio para essas instituições, pela via da renúncia fiscal. Para a autora, essa política tentaria compensar a crise do setor com a ajuda fiscal por essa via.

Matrículas. As matrículas na educação superior brasileira sofreram um processo de estagnação entre 1980 e 1995, sendo que, a partir desse ano, começaram a crescer.

Em dez anos, cresceram 151%, entre 1994 e 2004, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico VI – Evolução das matrículas na graduação presencial – Brasil – 1980-2004

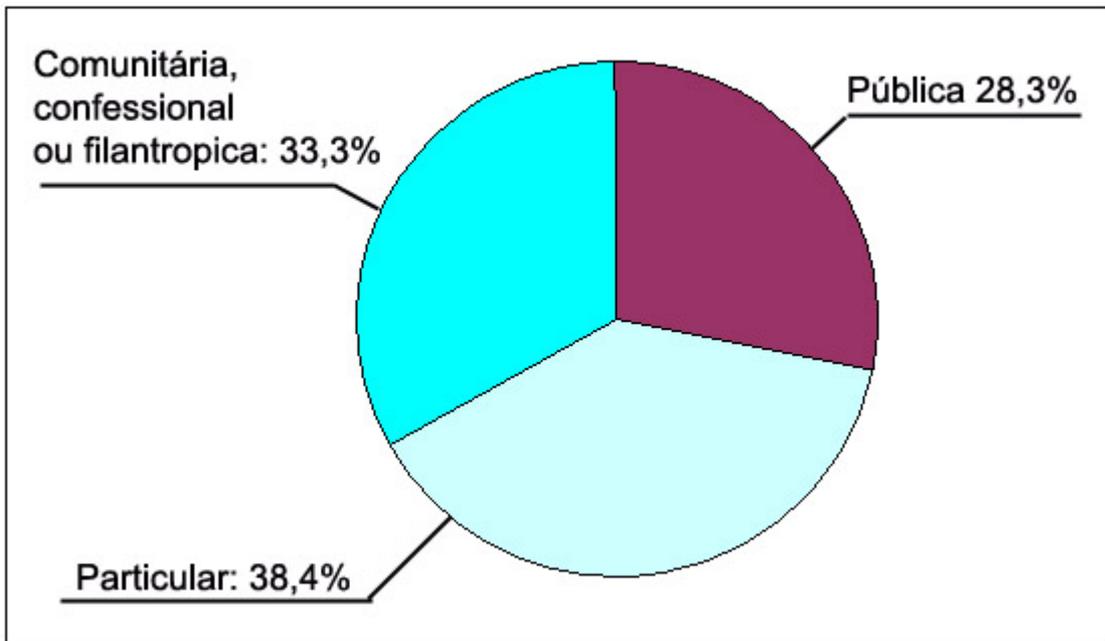


Fonte: Barreyro (2008), com dados do MEC.

Em 1980, as matrículas no setor privado eram 64% do total, em 2000 eram 67% do total e, em 2004, 72% do total.

As matrículas, em 2004, são 4.263.733, das quais 2.985.405 (72%) no setor privado. É de ressaltar a diferença entre matrículas e instituições: enquanto no setor privado, as matrículas são 72%, as instituições são 89%. O gráfico mostra também a distribuição das matrículas no interior do setor privado com e sem fins lucrativos.

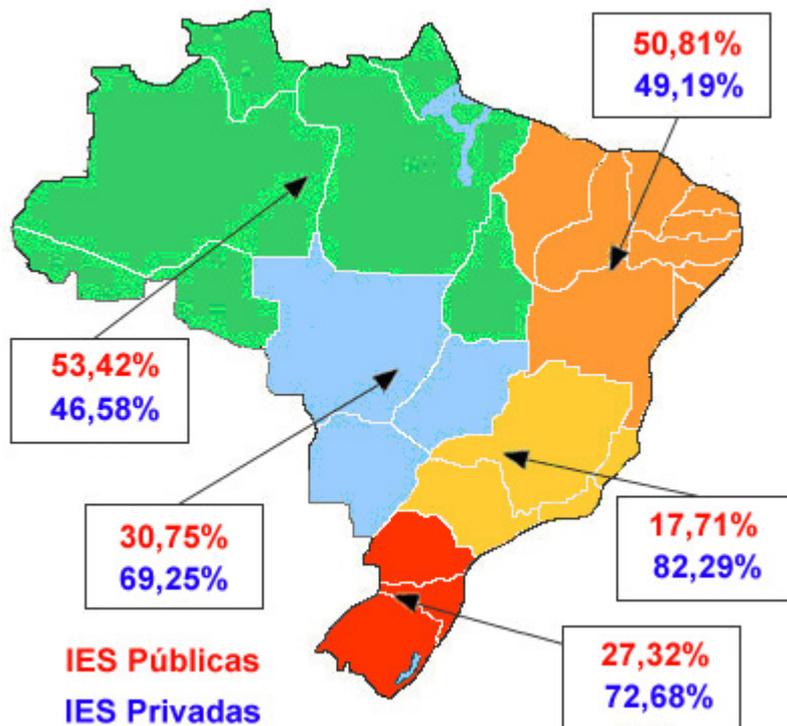
**Gráfico VII - Matrículas segundo público- privado
(particular e comunitária, confessional ou filantrópica) Brasil – 2004**



Fonte: Barreyro (2008), com dados do MEC.

As matrículas no setor privado predominam no Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país, enquanto que no Norte e Nordeste (as regiões com menor PIB per capita) predominam as matrículas no setor público, como mostra o mapa a seguir.

Gráfico VIII – Matrículas em IES públicas e em IES privadas por região - 2004 (%)

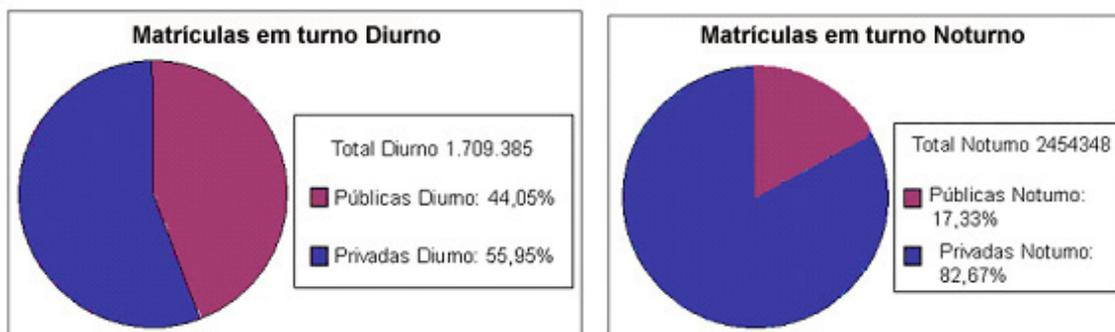


Fonte: Barreyro (2008), com dados do MEC.

Dentre as instituições privadas, as particulares com fins lucrativos predominam no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no Sudeste são quase pares e, no Sul, predominam as sem finalidade lucrativa do segmento comunitário⁶.

Turnos. No que diz respeito aos turnos, no Brasil, 58,95% das matrículas encontram-se nos turnos noturnos, sendo as IES privadas que oferecem 82,67% desses turnos, como mostram os gráficos:

Gráfico IX: Matrículas em turnos diurnos e noturnos, 2004 (%).



Fonte: Barreyro (2008), com dados do MEC.

São femininas 56% das matrículas desse nível, seguindo a tendência internacional. **Graduados.** Os alunos que se formaram, em 2004, foram 626.617. Os cursos que tiveram mais graduados foram Administração, Direito e Pedagogia.

Dentre todos os graduados do país, 89% deles são de Administração: 68.78% de IES privadas e 35% deles da modalidade Faculdade.

87% dos formados em Direito provinha de IES privadas, sendo a maior parte de Centros Universitários.

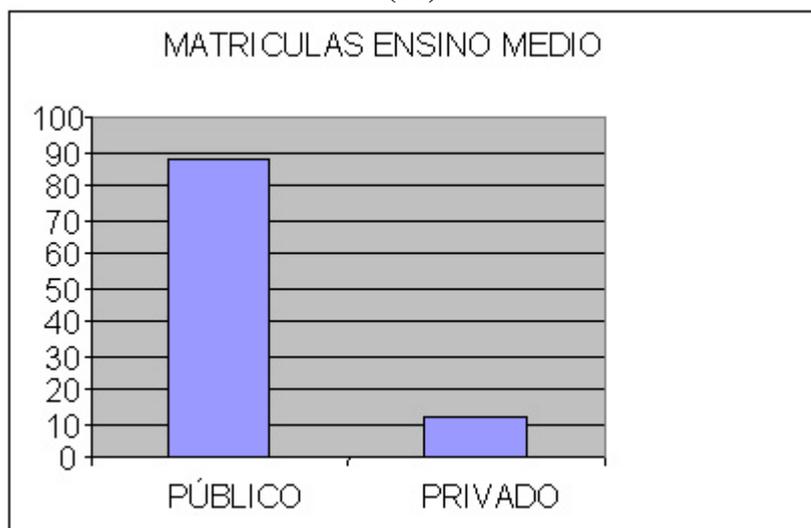
O terceiro maior curso em número de formados é Pedagogia: 65%, oriundos de IES privadas.

Os estudantes nas instituições

Estudo dos dados oficiais⁷ nas variáveis: escola de origem do ensino médio (pública ou privada), raça/cor/etnia e renda familiar mostram grandes desigualdades no interior das IES.

Escola de origem: A maior parte das matrículas no ensino médio brasileiro está nas escolas públicas (88%), como mostra o gráfico:

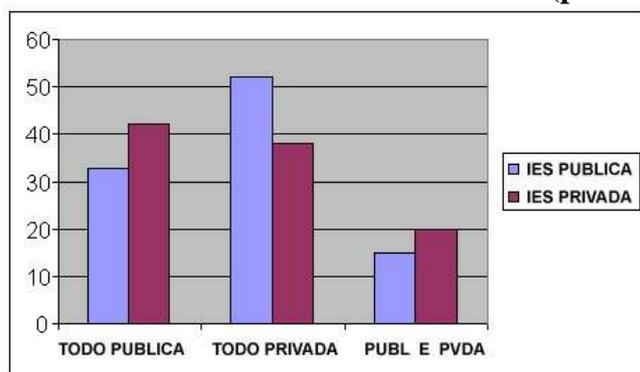
Gráfico X - Matrículas no ensino médio em instituições públicas e privadas Brasil- 2004 (%)



Fonte: Barreyro (2008), com dados do MEC.

Porém, ao considerar os estudantes matriculados nas IES, segundo a escola média de origem, podem se observar as seguintes informações:

Gráfico XI – Estudantes em IES públicas e IES privadas, segundo tipo de escola em que fizeram o ensino médio (pública ou privada) – 2004 (%).



Fonte: Barreyro (2008), com dados do MEC e do IBGE

Pode-se verificar que 42% dos estudantes das IES privadas, em 2004, cursaram o ensino médio em instituições públicas, enquanto 38% em escolas privadas. (20% cursou em ambas as escolas)

Porém, 52% dos estudantes das IES públicas tinham estudado em escolas privadas e 33% em escolas públicas. (15% cursou o ensino médio em ambos os tipos de escola).

A inversão mostra as desigualdades. Perante um exame exigente como o vestibular das IES públicas, quem consegue aprová-lo são os estudantes das escolas privadas. Aos que estudaram nas públicas, de menor qualidade⁸, restam as IES privadas...

Os mesmos dados, quando discriminados por estudantes ingressantes e concluintes mostram que 44% dos concluintes das IES privadas, tinham cursado o ensino médio em escola privada sendo que os concluintes oriundos de escolas públicas eram 36%.

Nas IES públicas, os concluintes eram 31% com ensino médio em escolas públicas e 53% com ensino médio em escolas privadas, confirmando as desigualdades anteriores.

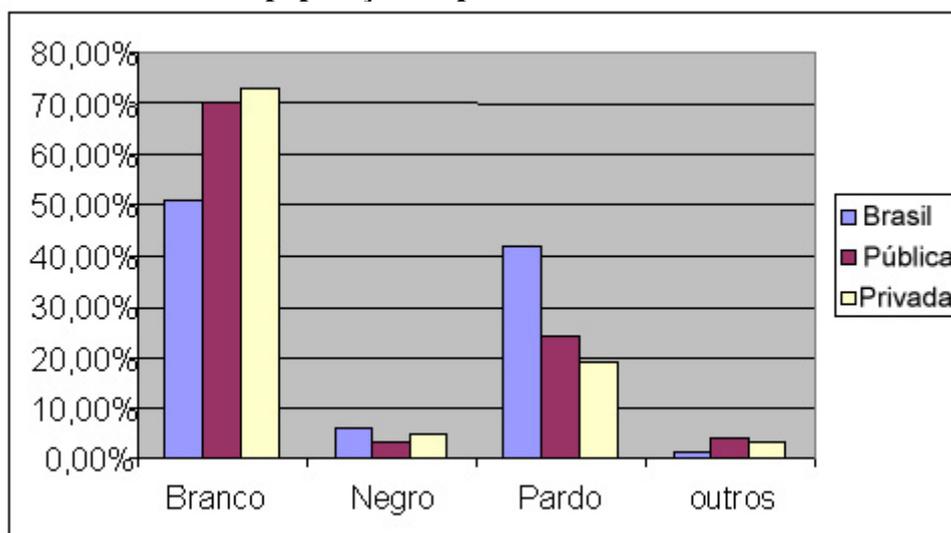
Raça/cor/etnia. Os brancos estão presentes na educação superior brasileira em maior proporção que na população total do país: 51% da população manifesta que é branca, enquanto que 70% dos estudantes das IES públicas e 73 % das IES privadas declara ser branco.

Em termos percentuais, há mais negros na população total do que nas instituições: 6% na população, 3% nas IES públicas e 5% nas privadas, sendo mais presentes nas IES privadas do que nas públicas.

Os pardos, que afirmam ser 42% da população total, são 24% dos estudantes das IES públicas e 19% das privadas. A sua presença é um pouco maior nas públicas do que nas privadas. Os 1% restantes são orientais ou indígenas.

O gráfico seguinte mostra as diferenças com maior clareza:

Gráfico XII – Brancos, negros e pardos nas IES Públicas e nas IES privadas e na população do país - 2004.



Fonte: Barreyro (2008), com dados do MEC e do IBGE

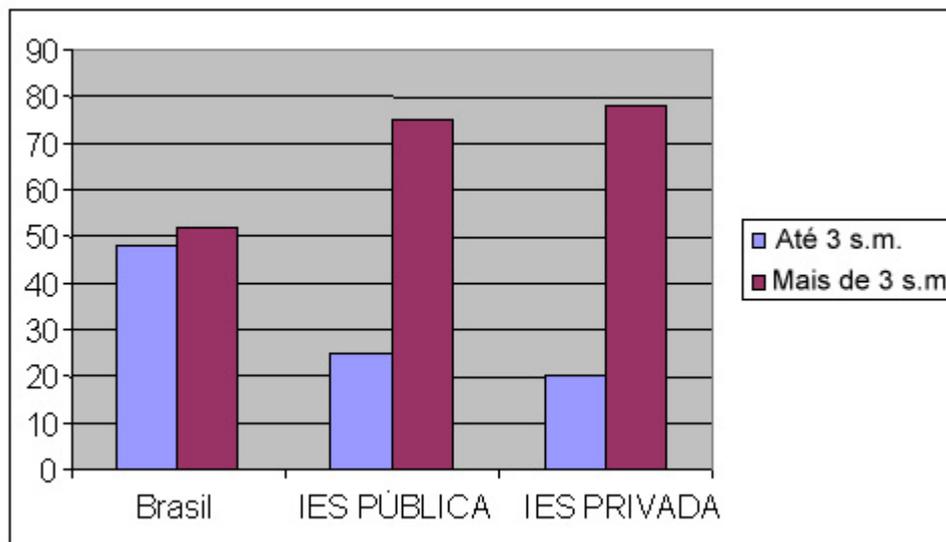
Renda familiar. A renda familiar (soma do salário de todos os integrantes da família) da população do país pode ser comparada com a renda da família dos estudantes das IES públicas.

Observa-se que, enquanto no país, 48% das famílias recebem até 3 salários mínimos⁹, apenas 25% dos estudantes das IES públicas pertencem a famílias que recebem esse salário. Já 20% dos estudantes das IES privadas são de famílias que recebem até 3 salários mínimos.

49% das famílias do Brasil recebem mais de 3 salários mínimos. Essa é a renda de 75% das famílias dos estudantes das instituições públicas e de 80% dos estudantes das IES privadas.

Os dados mostram o quanto a renda é determinante da possibilidade ou não de realizar estudos superiores e, também, o fato de a educação pública — que é gratuita — estar composta por estudantes das famílias de maior renda, como é apresentado no gráfico seguinte:

**Gráfico XIII- Estudantes em IES públicas e privadas, segundo renda familiar (1)- Brasil
- 2004 (%)**

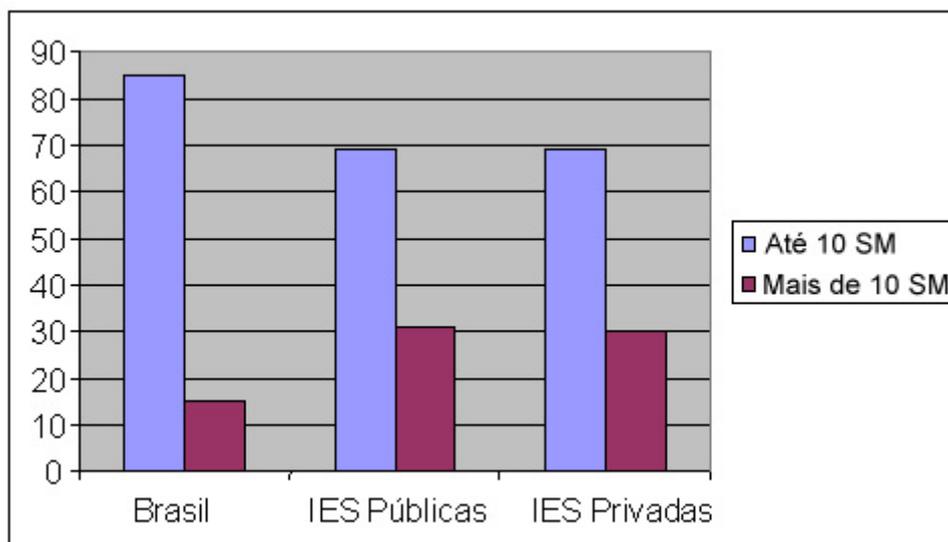


Fonte: Barreyro (2008), com dados do MEC e do IBGE

Considerando desde outro olhar: o das famílias com até 10 salários mínimos, observamos que 85% delas compõem a sociedade brasileira. Nas IES públicas, 69% dos estudantes são de famílias com essa renda e, nas privadas, também 69% possuem essa renda. Ao observar as famílias com mais de 10 salários mínimos, ou seja, 11% das famílias do país, vemos que nas IES públicas e nas privadas 31% e 30% pertencem a famílias com essa renda, mais do que o dobro da população do país!

Constatamos, então, que não há diferenças significativas entre as IES públicas e as IES privadas. Podemos afirmar que as famílias com maior renda duplicam proporcionalmente sua presença na educação superior brasileira, em relação com a sua presença na população do país, como mostra o gráfico:

**Gráfico XIV : Estudantes em IES públicas e privadas, segundo renda familiar (2)-
Brasil – 2004 (%)**



Fonte: Barreyro (2008), com dados do MEC e do IBGE

Considerações finais

A análise dos dados mostra um sistema com uma tendência à consolidação da “privatização” como eixo da política educacional. Essa, uma política de governo instaurada em 1997, e desenvolvida nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, parece se constituir, pela sua continuidade nos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva como política de estado.

A educação superior brasileira apresenta problemas graves, apesar de ter melhorado muito nas últimas décadas. O primeiro é o acesso ao sistema que inclui apenas 21% das pessoas entre 18 e 24 anos, considerado baixo em comparações internacionais. No interior das IES, podem se observar desigualdades relacionadas com o tipo de escola de ensino médio (pública ou privada), raça/cor/etnia com sobre-representação dos que se declaram brancos. Também é observada uma correlação importante entre estudantes e renda familiar.

Um outro problema é a qualidade dos cursos e instituições. Durante a última década vários tipos de avaliação foram aplicados (“Provão”, SINAES, ENADE) sem ter se definido ainda um sistema duradouro. Porém, todas as avaliações mostram problemas de qualidade especialmente no setor privado.

Alguns dos problemas começaram a ser encarados com a implementação de políticas públicas. São eles o acesso e a democratização. Há ampliação de vagas nas instituições públicas com a criação de novas instituições e campi das já existentes (Barreyro e Aureliano, 2008) e políticas de ampliação de vagas (REUNI). Nas instituições privadas, há isenção de impostos em troca de bolsas de estudos para alunos, segundo sua renda familiar, escola de ensino médio e raça/cor/etnia (PROUNI).

Além disso, a educação à distância tem sido proposta como uma outra política para a ampliação do acesso ao sistema, tendo se registrado um enorme crescimento durante o governo Lula.

Essas políticas estão em pleno desenvolvimento e são polêmicas, questionadas por alguns setores e defendidas por outros. Porém, a sua avaliação e novos estudos com os resultados delas são pendências que mostrarão o desenvolvimento do sistema nos próximos anos.

Bibliografia

BARREYRO, G. B. *Mapa do ensino superior privado*. Brasília: MEC/INEP, 2008.

BARREYRO, G.B.; AURELIANO, A.F. Perfil dos estudantes de universidades públicas do Estado de São Paulo: novos *campi*, velhas desigualdades? (draft paper para LASA Congress 2009), mimeogr., 2008.

CARVALHO, C. H. A. Política de ensino superior e renúncia fiscal: da reforma universitária de 1968 ao Prouni. *Anais da 26ª. Reunião anual da ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*. GT 11: Política de Educação Superior. Caxambú, MG, 18 de outubro; 2005.

CUNHA, L. A. *A universidade temporã. O ensino superior da Colônia à era de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004*. Disponível em <www.ibge.gov.br, acesso em 10-01-2006>

INEP. *Informativo*. n 123, 13 jan, 2006. Disponível em <www.inep.gov.br, acesso em 15-02-2006>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS “ANÍSIO TEIXEIRA” *Censo da Educação Superior 2004 - Resumo Técnico*. Brasília: MEC/INEP, 2006 (Disponível em <www.inep.gov.br, acesso em 30-01-2006>).

-----*Sinopse Estatística da Educação Superior 2004*. Brasília: MEC/INEP Disponível em <www.inep.gov.br, acesso em 19-12-2005> .

----- (2005) *Censo da Educação Básica*. Brasília; MEC/INEP, 2005. Disponível em <www.inep.gov.br, acesso em 30-01-2006>

-----Dados desagregados do Questionário Sócio-ecnômico do ENADE 2004

----- *Evolução do Ensino Superior Graduação 1980-1998*, Brasília; MEC/INEP, 2000. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>, acesso em 15-12-2005>.

SOARES, M. S. (org.) *Educação Superior no Brasil*, Brasília; CAPES, 2002.

UNESCO-UIS. *Education*. 2005. (Disponível em www.stats.uis.unesco.org/reportFolders/reportfolders.aspx , acesso em 16-01-2006).

¹ Os países foram escolhidos aleatoriamente, considerando países desenvolvidos, subdesenvolvidos e emergentes, aqueles que desenvolveram cedo e tardiamente seu ensino superior e Portugal.

² Razão entre a matrícula nos cursos de graduação e a população de 18 a 24 anos

³ As Universidades devem, por lei, contar em seu corpo docente com 1/3 de professores com titulação em nível de pós-graduação e 1/3 do corpo docente em tempo integral. Essa exigência é mantida para os Centros Universitários, mas a dedicação em tempo integral é reduzida para um 1/5 do corpo docente (Decreto 5786/06).

⁴ Os cursos de graduação no Brasil, podem ser presenciais ou à distância.

⁵ Os processos seletivos realizados para ingresso, além do vestibular, são: avaliação seriada na escola média, Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e outros mais específicos.

⁶ Foram as comunidades de imigração européia que desenvolveram escolas nessa região. Depois, algumas delas transformaram-se em IES.

⁷ Os dados são oriundos do questionário sócio-econômico aplicado aos estudantes do sistema de educação superior que realizaram o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), por amostra representativa dos estudantes desse nível, em 2004. Para este trabalho foram analisadas as respostas às perguntas que expressam: auto-declaração de raça/cor/etnia, renda mensal familiar e tipo de escola pública/privada em que cursou o ensino médio. As comparações com a população foram realizadas com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes a 2004 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

⁸ O ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) mostra diferenças de qualidade a favor das escolas privadas. Porém, no ensino superior, as IES públicas (genericamente) são de melhor qualidade que as privadas.

⁹ O salário mínimo no Brasil é R\$ 415,00 aproximadamente U\$S 170,00.